

TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À AJUDA

*DOMESTIC AND CARE WORK IN RURAL AREAS:
FROM INVISIBILITY TO SUPPORT*

*TRABAJO DOMÉSTICO Y DE CUIDADO EN EL CAMPO:
DE LA INVISIBILIDAD LA AYUDA*

Glaucia Iaciuk¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1236-2061>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7965129407709105>

Email: glauciaiaciuk@gmail.com

Nayara Cristina Bueno²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2113-0931>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9913656499504352>

Email: nbueno@unicentro.br

Resumo: As mulheres trabalhadoras rurais devolvem suas atividades no âmbito doméstico-familiar e o seu trabalho é considerado complementar ou uma ajuda ao marido. Com objetivo de caracterizar as vivências das mulheres moradoras da zona rural do município de Prudentópolis-PR, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que contou com entrevistas com cinco mulheres. O estudo demonstra a particularidade do trabalho doméstico e de cuidado no campo e as percepções das mulheres sobre a sua vida. O espaço da agricultura familiar é marcado pelas relações sociais de gênero, onde a divisão sexual do trabalho está naturalizada na vivência das famílias. As mulheres possuem jornadas de trabalho estendidas, com atividades voltadas ao trabalho doméstico, de cuidado e no campo. Os homens, por sua vez, nada ou pouco contribuem com o trabalho reprodutivo, dedicando-se integralmente ao trabalho no campo. Diante disso, o trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres, é invisibilizado e desvalorizado, mesmo sendo indispensável para que a vida aconteça.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Patriarcado. Agricultura familiar.

DOI:10.26512/ser_social.v28i58.53651

Abstract: Rural working women dedicate themselves to domestic and family activities, and their work is considered complementary or supportive to their husbands. In order to characterize the experiences of women living in the rural area of Prudentópolis-PR, we conducted a qualitative, exploratory research that included interviews with five women. The study demonstrates the particularity of domestic and care work in rural areas and the women's perceptions their lives. The space of family farming is marked by gender social relations, where the gender division of labor is natural in family life. Women have extended work hours, engaging in domestic, care, and fieldwork activities. Meanwhile, men contribute little or nothing to reproductive, dedicating themselves entirely to fieldwork. Consequently, the reproductive work carried out by women is invisible and undervalued, despite being essential for life to unfold.

Keywords: Gender division of labor. Patriarchy. Family farming.

Resumen: Las mujeres trabajadoras rurales dedican sus actividades al ámbito doméstico-familiar y su trabajo se considera complementario o una ayuda para sus maridos. Con el objetivo de caracterizar las experiencias de las mujeres que viven en la zona rural del municipio de Prudentópolis-PR, realizamos una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, que incluyó entrevistas con cinco mujeres. El estudio muestra la particularidad del trabajo doméstico y de cuidado en el campo y las percepciones de las mujeres sobre su vida. El espacio de la agricultura familiar está marcado por las relaciones sociales de género, donde la división sexual del trabajo está naturalizada en la vida familiar. Las mujeres tienen jornadas laborales extendidas, con actividades centradas en el trabajo doméstico, de cuidado y en el campo. Por otro lado, los hombres contribuyen poco o nada al trabajo reproductivo, dedicándose por completo al trabajo en el campo. Como resultado, el trabajo reproductivo realizado por las mujeres es invisibilizado y desvalorizado, a pesar de ser indispensable para que la vida ocurra.

Palabras clave: División sexual del trabajo. Patriarcado. Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

Historicamente as mulheres vivenciam os impactos da desigualdade de gênero e tem na divisão sexual do trabalho um de seus principais determinantes. As relações sociais que se estabeleceram ao longo do tempo, relacionadas ao patriarcado, destinaram à mulher o trabalho doméstico e de cuidados, como algo natural e feito por amor à família. Já aos homens foi atribuído o papel de provedor do lar. Para as mulheres não há uma separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, uma vez que elas foram socializadas e aprenderam a se responsabilizar quase que exclusivamente pelos afazeres domésticos, independente se realizam ou não trabalhos remunerados.

Essas relações sociais de sexo se expressam também no espaço agrícola, principalmente no eixo dos agricultores familiares que possuem tradições em suas vivências. Há uma desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres nas atividades relacionadas à produção, sendo considerado como algo de menor valor (“ela apenas ajuda”), mesmo quando seu tempo de trabalho é o mesmo realizado pelo homem. Muitas vezes sua carga horária é igual ou superior à do homem, pois concilia os afazeres domésticos com as atividades agrícolas.

O município de Prudentópolis fica na região Centro-Sul do Estado do Paraná. É uma cidade com pouco mais de cinquenta e dois mil habitantes. Uma das características do município, de acordo com o Censo Demográfico, se refere à sobrevivência do cultivo agrícola, pois 63,4% da população reside na área rural. (IBGE, 2020a).

Diante disso, a pergunta central que norteia este estudo é: como se desenvolve o processo de trabalho das mulheres da área rural da região norte do município de Prudentópolis-PR? Assim, a pesquisa pode contribuir com a construção de conhecimentos sobre a realidade social dessas mulheres. O objetivo geral é analisar como ocorre o processo de trabalho das mulheres rurais do município de Prudentópolis-PR¹.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006), envolve uma abordagem interpretativa do mundo, onde os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais. O estudo possui, ainda, caráter exploratório e descritivo que visa proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado (Gil, 1999).

Para coleta de dados foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres agricultoras familiares que residem na zona rural norte de Prudentópolis-PR. As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro de 2022, tendo como critérios de inclusão: ser mulher da agricultura familiar, possuir entre 18 e 60 anos, possuir pelo menos um filho criança ou adolescente. Como critérios de exclusão foram utilizados: mulheres com mais de 60 anos e menos de 18 anos, sem filhos.

Salienta-se que foram utilizados nomes fictícios para se referir às participantes da pesquisa, chamadas de Maria, Elizabete, Daniele, Julia e Inez. Todas as entrevistas semiestruturadas foram transcritas durante a sua realização, não sendo, portanto, gravadas, devido a uma escolha da pesquisadora e das participantes. Também foram observadas as perspectivas e sentimentos das participantes, como as emoções e os si-

1 O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste (COMEP/UNICENTRO), na data de 30 de setembro de 2022, Parecer nº 5.675.161. Trata-se de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Serviço Social.

lêncios. A apreciação do conteúdo foi organizada através da análise de conteúdo, sendo estabelecido três categorias: as características da agricultura familiar; o trabalho doméstico e de cuidado no campo; e as percepções das mulheres sobre a vida no campo.

Ao final demonstramos que as mulheres entrevistadas vivenciam diariamente os efeitos da divisão sexual do trabalho em seu espaço doméstico, onde o trabalho reprodutivo é voltado totalmente para elas. No âmbito rural, há uma insuficiência de políticas públicas voltadas a socializar o trabalho de cuidados e diminuir sua sobrecarga, por isso a alternativa encontrada é a construção de redes de cuidado e o fortalecimento nas relações de vizinhança, parentesco e amizade.

1. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No Brasil, a agricultura familiar teve início antes da colonização, uma vez que os povos indígenas produziam alimento para seu sustento. Posteriormente, com a chegada dos portugueses, os povos indígenas foram os primeiros a fornecer alimentos para os colonizadores. Amaral (1958) explica que os ameríndios eram agricultores e a única contribuição dos portugueses foi o cultivo da cana de açúcar e trigo. Mais tarde, há registros de lotes cultivados por pessoas escravizadas.

Os mestiços livres, que eram filhos dos senhores do engenho com mulheres africanas, sem direito a herança, ocupavam as terras marginais e grande parte viviam da agricultura, concedendo alimentos para os engenhos e as vilas. Vale lembrar que esses agricultores estavam sujeitos ao pagamento da terra entregando parte da produção. (Altafin, 2007).

No século XVIII e, posteriormente, no século XIX, com a vinda dos imigrantes para substituir o trabalho escravo, eles ganharam algumas terras para desenvolverem o trabalho rural no país. O objetivo dos imigrantes era trabalhar na agricultura familiar com a missão de transformar economicamente e culturalmente as áreas ocupadas. (Aguilar, et al. 2017).

Os imigrantes europeus também cultivavam em pequenos espaços de terra cedidos pelos fazendeiros que, na maioria das vezes, não pagavam salário, mas cobriam os gastos dos imigrantes (Altafin, 2007). Destaca-se que o objetivo da imigração de europeus para o Brasil possui um ideal de branqueamento da população, como pode ser observado nas leis de imigração brasileira, que impediam a entrada de negros e asiáticos no país, que somente com autorização do Congresso Nacional poderiam ser aceitos. (Nascimento, 1978).

Para incentivar a vinda de europeus para o Brasil, uma lei aprovada em 1850 ofereceu concessões de terras para imigrantes. Depois da emancipação dos escravos em 1888, a preferência por imigrantes brancos se tornou ainda maior, pelo fato de que desagradava as elites a visão de africanos como trabalhadores remunerados. O governo usou dinheiro público para o pagamento de custos e o transporte de imigrantes entre os anos de 1851 a 1909, bem como a concessão de ferramentas agrícolas e dispensa de serviço militar para os filhos de imigrantes. “Com uma política de imigração explicitamente baseada em raça, legisladores brasileiros e atores da elite manifestaram expressamente o desejo de usar a imigração para erradicar os negros”. (Hernández, 2017, p.55).

A imigração e o branqueamento ainda mostram seus reflexos na sociedade atual. Os descendentes de africanos estão entre os mais pobres e analfabetos, a maior parte dos afrodescendentes vive em áreas rurais e sofre com a falta de infraestrutura e serviços públicos. Um exemplo que pode ser visto é que na zona rural do Nordeste menos da metade dos moradores concluíram a educação primária. (Hernández, 2017).

Os imigrantes europeus se instalaram em diversas regiões do país, mas, principalmente, na região sul, onde começaram sua vida cultivando alimentos e criando as colônias, e assim criou-se uma forte base de produtores agrícolas familiares. Porém, o acesso a terras livres pelas massas de imigrantes e libertos foi bloqueado, e a urbanização ficou cada vez mais presente, por consequência, do êxodo rural que foi muito forte durante 1970 e 1980, devido à modernização do processo produtivo do campo e à concentração fundiária, que são posses de grandes extensões de terras por pequeno número de proprietários destinadas a monoculturas, diferentemente do agricultor familiar que possui variedade de plantio. (Hernández, 2017).

Ainda com tantas mudanças ocorridas e a dificuldade da produção familiar em ser objeto de políticas públicas específicas e com pouca tecnologia, a viabilidade da agricultura familiar é grande e está inserida em todos os cantos do Brasil. (Buainain; Romeiro; Guanzioli, 2003).

Diversos são os nomes que os agricultores familiares receberam a depender do local no país em que estão inseridos: no Centro-Oeste o homem rural é conhecido por “roceiro”; no Nordeste, “tabaréu”; já em outras regiões é chamado de “caboclo”. Diversos nomes fazem referência ao homem do campo. Às vezes, as palavras têm duplo sentido, como um ator inferior e que não é essencial para a sociedade. (Altafin, 2007).

Atualmente, caracteriza-se por agricultor familiar os produtores que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, na qual, no art. 3º, considera-se agricultor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, ou 8 (oito) hectares de terra, e que utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento e que tem percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (Brasil, 2006).

O conceito de agricultura familiar também é definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como:

[...] a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p.4).

Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem no país 4.859.732 propriedades rurais, sendo que os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos rurais e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. A área ocupada pela agricultura familiar é de 107,8 milhões de hectares com um valor bruto de produção chegando R\$ 18,1 bilhões. A participação

dos agricultores familiares na renda total agropecuária é significativa. Mesmo detendo menor proporção de terra e do financiamento disponível, esses produtores empregam e produzem mais que os patronais que possuem 554.501 propriedades e ocupam 249 milhões de hectares, devido à utilização de recursos produtivos de forma mais eficiente. (Buainain; Romeiro; Guanziroli, 2003).

A agricultura familiar é marcada pela heterogeneidade, seja em recursos, acesso ao mercado ou a capacidade de geração de renda. Além disso, a desigual distribuição de terras se dá pela estrutura agrária que se caracteriza pela concentração das propriedades de terra pelos latifundiários, que concentram grande parte do solo brasileiro, enquanto os pequenos produtores são engolidos com essa consequente desigualdade, com uma visão de mundo individualista em detrimento da coletividade. (Buainain; Romeiro; Guanziroli, 2003).

A área média dos estabelecimentos rurais familiares é de 26 hectares, variando bastante conforme a região. No Nordeste se concentram as menores áreas, cerca de 17 hectares; já na região Centro-Oeste as maiores com a média de 84 hectares. (Buainain; Romeiro; Guanziroli, 2003).

A agricultura familiar possui diversificação de culturas em suas propriedades. Muitas delas possuem sistemas integrados entre a agricultura e a pecuária. Essa diversificação é uma estratégia adotada para aumentar a produção e a fertilização dos solos ao utilizar os resíduos dos animais como adubação natural. Porém, vale ressaltar que no Brasil o pequeno agricultor sempre ocupou espaços deixados pelos grandes produtores, sofrendo com pequenas áreas. (Portal Brasil, 2014).

Existem diferentes possibilidades da agricultura familiar, a depender da sua noção de ciclo demográfico; por exemplo, a composição da família, número de filhos e idade dos mesmos. Isso interfere diretamente na relação entre a capacidade de produção e as necessidades de consumo. Quando os filhos são menores somente consomem e não produzem e a família tem maior dificuldade na disponibilidade de trabalho ao comparar com uma família onde os filhos são maiores e participam das tarefas. (Portal Brasil, 2014).

A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento do mercado brasileiro, visto que 70% do que é consumido no país vem da agricultura familiar. A maioria dos produtos hortícolas e muitas frutas são produzidas nas pequenas propriedades. Cabe ainda destacar que a produção e manejo dos alimentos pela agricultura familiar respeita os recursos naturais e a biodiversidade, possuindo uma produção mais diversificada e de maior qualidade, já que o uso de agrotóxicos é bastante reduzido. Em 90% dos municípios de até vinte mil habitantes a agricultura familiar é a principal responsável pela base econômica. (Portal Brasil, 2014).

Diante disso, mesmo sendo um espaço de trabalho familiar onde cada membro desenvolve suas atividades de acordo com a aptidão física e disponibilidade, a agricultura familiar é um ambiente onde podem ser observadas muitas desigualdades. A agricultura familiar existe há muito tempo e passou por vários processos de transformação até os dias atuais.

2. LOCUS DA PESQUISA: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE PRUDENTÓPOLIS-PR

Prudentópolis fica na região Centro-Sul do Estado do Paraná, possui cerca de cinquenta e dois mil habitantes, destes, aproximadamente, vinte e três mil são mulheres. Possui um território de 2.257,711 km². Uma das características do município se refere à sobrevivência do cultivo agrícola que é predominante, pois 63,4% da população reside na área rural e apenas 36,6% no perímetro urbano. Em 2020, o número de pessoas ocupadas em atividades como a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura era de 14.744, sendo a maior taxa de ocupação da população do total de 28.009 pessoas ocupadas. (IBGE, 2020a).

A organização do território se deu vinculada à imigração europeia a partir do ano de 1896, quando 1.500 famílias ucranianas vieram para colonizar as suas terras e tornaram-se pequenos agricultores e pecuaristas. Nesse período as terras ainda pertenciam aos campos de Guarapuava e, Prudentópolis, só foi desmembrada em 1906. A imigração ucraniana durou até meados de 1920 e, atualmente, o município é considerado o mais ucraniano do Brasil, com 80% da população sendo descendente de ucranianos. (Corrent, 2020).

Quando ocorreu a imigração, os primeiros moradores da pequena colônia apenas dispunham de sementes de pinhão, fruto da araucária que é bastante presente na região. Com isso transformavam as sementes em farinhas e fubás através de moinhos caseiros. Quando se instalaram definitivamente na colônia, os imigrantes começaram a produzir algumas sementes como o trigo e o centeio. (Zaroski, 2001).

Uma das primeiras atividades econômicas que os descendentes de ucranianos realizaram foi a extração da erva-mate, que é uma planta nativa da região. Logo em seguida, alguns produtos que apenas eram do autoconsumo começaram a ser comercializados, como o feijão, milho, trigo, produção de mel e a pecuária. (Emater, 2014). Porém, a renda que as famílias tinham dessas culturas era baixa devido à ausência de mercado para receber esses produtos.

Diante disso, muitas famílias começaram a cultivar o fumo, que é uma atividade geradora de renda para muitas famílias até os dias atuais. Em 2014, o Instituto Paranaense de Técnica e Extensão Rural- Emater de Prudentópolis registrou que 22%, dos 8.100 agricultores familiares, estão envolvidos com a produção desse cultivo de planta. O cultivo é todo manual e necessita do trabalho de toda a família, como relatam as mulheres agricultoras que em sua maioria desenvolvem o trabalho na roça. O relevo do município também traz dificuldades, pois os terrenos em sua maioria são inclinados, o que dificulta o acesso de máquinas para auxiliar no trabalho.

A ocupação dos pequenos agricultores nessas terras mais inclinadas está relacionada ao loteamento feito durante o período de colonização do município. Algumas famílias tradicionais receberam grandes lotes de terras, que se mantêm entre os descendentes até os dias atuais, que se constituem em grandes terrenos com a produção mecanizada. Muito diferente dos pequenos agricultores familiares que se concentraram em lotes menores de terras e os próximos descendentes que vieram compraram seus terrenos. Mas o acesso a essas terras foi precarizado, já que as porções de terra inclinadas que eram vendidas tinham o relevo íngreme que dificultava a mecanização das áreas (Vilczak, 2016).

As grandes porções de terras do município são divididas em comunidades e distritos. Os distritos de Prudentópolis são as localidades de Jaciaba, que fica ao norte do município, e Patos Velhos, que fica ao sul. As propriedades rurais se localizam distante do centro urbano, o que dificulta o acesso mais rotineiro; nesse sentido, a maior parte do tempo da população é dedicada ao trabalho no campo e o lazer da população rural é marcado por visitas a vizinhos e recantos da região.

3. AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As participantes da pesquisa residem em duas localidades do município, sendo elas: Comunidade de Barra Bonita e Comunidade de Linha Paraná, que ficam na região central. A principal semelhança entre as entrevistadas é a faixa etária, entre vinte e seis (26) anos e trinta e nove (39) anos², e a presença de crianças menores de cinco (5) anos.

As mulheres entrevistadas são brancas, uma característica predominante no município, visto que é uma região colonizada por europeus. Cabe destacar que as vendas da produção não acontecem mensalmente, é feita uma ou duas vezes ao ano e a rentabilidade é dividida entre os meses.

As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro, período em que as condições de trabalho na roça são mais intensas, devido ao plantio e à colheita, o que demanda mais horas de trabalho da família agricultora. O trabalho é realizado desde o amanhecer até o pôr do sol e a jornada é bastante expressiva para toda a família. São períodos chuvosos e isso acaba impedindo, muitas vezes, que o trabalho seja realizado.

Em quatro das cinco famílias (Inez, Elizabete, Daniele e Julia), o casal desenvolve o trabalho produtivo de forma conjunta. As propriedades são de diferentes tamanhos, sendo duas com menos de um hectare (Inez – 0,6 e Maria- 0,5), duas entre dois e cinco hectares (Daniele – 2,2 e Julia- 5,5) e uma com sete hectares (Elizabete). Apesar da diferença do tamanho das propriedades, a renda média familiar é de um a três salários mínimos. Com exceção de Maria, que tem a menor propriedade, trabalha sozinha, é a mais jovem e tem a menor renda, de até um salário mínimo.

A média de filhos é de 2,2 por família³, sendo que a média de idade das crianças é de seis anos⁴, período em que ainda exige cuidados constantes. Há entre as famílias de participantes dois adolescentes, de quatorze e doze anos. O modelo de família nuclear monogâmica é predominante, ou seja, pai, mãe e filhos; somente uma delas constitui família monoparental feminina (Maria).

A renda de cada uma das famílias nucleares é superior a um salário mínimo, diferentemente da família monoparental, chefiada por uma mulher, em que a renda mensal não chega a um salário mínimo. A questão da monoparentalidade feminina traz reflexos na condição social da família, principalmente quando se tem a presença de crianças pequenas em casa. No cotidiano a principal dificuldade encontrada por essas mães é a conciliação entre o trabalho e os encargos familiares, visto que a mãe é a única provedora do lar. (Gelinski, 2013).

2 Idade das participantes da pesquisa: Elizabete (39), Inez (36), Maria (36), Julia (35) e Daniele (26).

3 Quantidade de filhos: Inez (03), Elizabete (03), Julia (03), Maria (01) e Daniele (01).

4 Idade dos filhos: Inez (03, 08 e 14), Elizabete (05, 07, 10), Julia (05, 09 e 12), Maria (06) e Daniele (05).

Para Maria, a jornada extensa de trabalho é evidente, conforme o relato de sua rotina:

Acordo sempre 6 h da manhã, arrumo minha filha para a escola, e vamos juntas já que trabalho lá, meio dia voltamos e já faço o almoço, a tarde a levo na minha mãe para ir para roça e lá fico até escurecer, busco ela na minha mãe e vou limpar a casa e fazer a janta já que é o único tempo livre que tenho para fazer as tarefas domésticas, vamos dormir pelas 22 h.

Percebe-se a jornada extensa de trabalho. Mesmo trabalhando formalmente em uma escola próxima, a renda é limitada, precisando conciliar o trabalho na escola com o trabalho na roça e os encargos do trabalho reprodutivo.

A quantidade de pessoas que compõem as famílias é em torno de cinco pessoas, sendo que estas correspondem a famílias com pai e mãe casados e os filhos; apenas uma entrevistada é solteira. Além disso, a média de pessoas morando na mesma casa é de 4,2 pessoas, o que representa demandas de trabalho doméstico e de cuidados.

Quanto maior o número de pessoas no domicílio, mais trabalho doméstico: três das cinco entrevistadas relatam que fazem todas as atividades domésticas sozinhas, e duas relatam que o marido e os filhos “ajudam” quando solicitados em tarefas como lavar a louça e varrer a casa.

É notável a divisão sexual do trabalho, visto que há uma ideiação de que as tarefas domésticas são funções exclusivas da mulher. Kergoat (2009) traz a concepção de que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são caracterizadas pela diferença de atividades de homens e mulheres de cunho ideológico; portanto, enquanto uma relação de poder e de dominação.

Outra situação relatada pelas participantes é a falta de utensílios domésticos; o único equipamento mencionado por elas é o tanque de lavar roupas. Todos os demais afazeres são realizados manualmente, gerando uma carga maior de trabalho. Os horários que seriam para o descanso do trabalho da roça, como o meio dia e a noite, são os momentos em que elas se dedicam ao trabalho reprodutivo, visto que as jornadas do trabalho na lavoura são bastante extensas, restando poucas horas para o ambiente doméstico.

O perfil das mulheres entrevistadas é bastante parecido, não somente pelas idades próximas e os filhos pequenos, mas pela questão da sobrecarga de trabalho que mulheres enfrentam diariamente. As mulheres casadas compartilham o trabalho produtivo na roça com os maridos; porém, quando estão no âmbito doméstico somente elas trabalham, enquanto os homens realizam atividades isoladas quando solicitados, evidenciando a divisão sexual do trabalho. Para a família monoparental é visível a sobrecarga de trabalho enfrentada diariamente, sendo a única provedora e responsável pelo lar.

4. AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As agricultoras possuem pontos em comum em relação à produção: todas desenvolvem as culturas de feijão, fumo, soja e milho. O feijão, mesmo sendo para o autoconsumo, demanda de grande mobilização de trabalho para a sua produção. Quatro das cinco mulheres relatam que plantam fumo, uma cultura que é inteiramente desenvolvida manualmente e demanda de muito esforço físico e que geralmente toda a família participa do processo.

Já a cultura da soja é feita inteiramente por máquinas, e o trabalho da mulher não é tão presente nesse processo. Conforme Brumer e Freire (1984), na esfera produtiva da família rural às mulheres são destinadas tarefas que requerem alguma habilidade que supostamente só as mulheres possuem, vistos como dons que a natureza feminina traz, como executar tarefas repetitivas e intensivas, capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, maior habilidade para executar tarefas que requerem dedos pequenos e ágeis e permanecer em posição desconfortável por bastante tempo. Os homens comandam os tratores e demais maquinários, cabendo à mulher o trabalho manual. Já a produção do milho é realizada visando a alimentação dos animais.

Em todas as culturas as famílias de agricultores desenvolvem o trabalho de forma conjunta. Entretanto, o lucro da produção nem sempre é dividido entre os membros da família, apenas uma das entrevistadas relatou que o dinheiro fica com ela. Entre as demais é o marido que detém o valor e comanda os gastos da casa, trazendo fortes elementos do patriarcado na relação familiar.

O pensamento tradicional da configuração patriarcal envolve as proposições de que o poder do pai na família é visto com muita autoridade. Ainda é nítida na sociedade a ideia da figura do pai centrado como se tivesse o direito natural de poder sobre a esposa e os filhos, e assim as famílias ainda possuem marcas dos papéis sociais que são impostos a cada membro. Os homens são vistos como principais provedores econômicos da casa, e esse papel social traz a invisibilização do trabalho da mulher, principalmente o trabalho na agricultura, onde mesmo ela realizando as mesmas atividades de subsistência seu trabalho é inferiorizado e visto como “ajuda”. (Narvaz, Koller, 2006).

A vida no campo possui particularidades nas quais o trabalho com a terra é o responsável pela manutenção das necessidades das famílias; assim, os agricultores familiares, utilizam da mão de obra de toda a família nesse processo, mas o que é notável é a disparidade nas atribuições de cada um, sendo o homem o responsável pelas tarefas consideradas “mais importantes”.

5. O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO NO CAMPO: A SOBRECARGA DAS MULHERES

Em Prudentópolis, grande parte da população vive no campo e a base de sobrevivência é a agricultura familiar. Pode-se notar elementos do patriarcado muito presentes, tanto na cultura quanto no processo de trabalho. A pesquisa demonstra que a cultura do homem chefe da família é uma característica forte na área rural, visto que ainda é um espaço bastante tradicional.

Como nas propriedades rurais o convívio com a família e as atividades de trabalho se desenvolvem no mesmo local, tem-se a visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural: ela deve “ajudar” seu marido na roça, cuidar da casa e da sua família, e mesmo quando realiza atividades remuneradas, como duas das entrevistadas, elas também são responsáveis exclusivamente pelas atividades domésticas. Daniele relata:

Acordo mais o menos 6 horas da manhã e já preparo o café, e muitas vezes já preparo a marmita que meu marido leva para roça, acordo meu filho quando vou para roça, dou café e levo na vizinha para que eu possa trabalhar, quando não vou ajudar o marido fico em casa fazendo os afazeres domésticos, faço almoço, arrumo o [filho] para escola e levo ele já que não tem transporte, quando volto lavo a louça e já vou fazer a diária na mulher que me paga três vezes na semana. Na volta já pego meu filho da escola e vamos para casa, trato os animais e geralmente de tarde cuido da horta e do jardim, a noite é a mesma rotina do almoço, mas dou banho no [filho] e ajudo ele na tarefa sempre, vamos dormir por volta das 22:30.

O trabalho das mulheres voltado à reprodução social se caracteriza, conforme Bengoa (2018), como um processo de reprodução biológica e da força de trabalho, o que pode ser observado no relato de Daniele: “preparo o café”, “a marmita para meu marido levar na roça”, “faço almoço”. Além disso, envolve também o processo de socialização, as práticas sociais e os trabalhos de cuidado, o que também pode ser observado quando Daniele diz: “levo o filho na vizinha para ir trabalhar”, “arrumo o filho, levo e busco na escola”, “dou banho”, “ajudo na tarefa”.

O trabalho doméstico também fica visível no cotidiano das mulheres, como pode ser observado: “fico em casa fazendo os afazeres domésticos”, “lavo a louça”. O trabalho no campo com os animais e a horta: “trato os animais”, “cuido da horta e do jardim”. (Daniele). Observa-se que todo o tempo é preenchido com atividades, o que deveria ser reconhecido como um trabalho de forte contribuição social, voltado ao atendimento das necessidades humanas básicas.

Diante disso, mesmo tendo outra fonte de renda que são as diárias que faz na casa de outra família (um trabalho também majoritariamente feminino, informal e de baixa remuneração), a participante Daniele realiza o trabalho na roça e cuida do filho e da casa em tempo integral. A jornada estendida é uma característica que acompanha as mulheres no dia a dia. Kergoat (2009) aponta que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o de hierarquia, em que o trabalho do homem possui maior valor e prestígio social; e o de separação, que consiste em distinguir o trabalho do homem do trabalho da mulher, destinando a cada um deles um papel social de trabalho.

O princípio da hierarquia pode ser visualizado quando o trabalho realizado pelas mulheres é visto como “ajuda” ao marido, mesmo quando ambos realizam as mesmas atividades. Quatro das cinco mulheres relatam que uma das fontes de renda é a plantação de fumo, uma cultura toda manual em que as mulheres realizam as mesmas atividades que o homem, mas não recebe o mesmo reconhecimento, conforme o relato de Daniele: “ajudo meu marido na roça”. Essa visão está enraizada na vida das mulheres em uma estrutura de família patriarcal que se estabeleceu ao longo dos anos. Além disso, a ideologia naturalista é reproduzida pelas mulheres, como se fosse natural a apropriação de seu corpo, energia, trabalho, conhecimentos e vida pelo marido, por meio do casamento. (Kergoat, 2009).

Outra característica observada é o compartilhamento dos cuidados dos filhos com mães e sogras ou, ainda, em um dos casos, com a filha mais velha. A carga de responsabilidades com o cuidado direcionado às mulheres é um reflexo do contexto de Estado mínimo, no qual intensificam-se os cuidados domiciliares, devido à falta da prestação da rede de serviços, como a ausência de creches, escolas integrais, centros de convivência, entre outros. Assim o Estado coloca a família, e nela as mulheres, como figura central dos cuidados essenciais não especializados. A maternidade transferida para outras mulheres aparece nesse contexto, pois as mulheres mães ao fazerem parte da esfera da produção possuem dificuldades quando existe a presença de pessoas que necessitam de cuidados em sua casa. (Prá; Mioto; Wiese, 2018).

A responsabilidade de cuidar torna-se um dever moral, pois existe uma obrigação social e familiar e normas sociais, como a reciprocidade, gratidão ou o sentimento de culpa, como o caso das avós que dedicam grande parte do seu tempo ao cuidado informal dos netos para que a mãe possa desenvolver o trabalho produtivo. (Prá; Mioto; Wiese, 2018).

Segundo o Portal do MEC, 93% das crianças matriculadas em creches de educação infantil estão em áreas urbanas. O fato de não existir creches na área rural dificulta o processo de aprendizagem já que as crianças ingressam na escola somente a partir dos quatro anos de idade. (Brasil, 2008).

Essa situação reforça os papéis sociais de gênero, em que a mulher é responsabilizada pelo cuidado. Para Sorj (2008), os cuidados realizados informalmente pelas famílias, em especial as mulheres, tem muitas implicações para a construção de uma sociedade autônoma e para a independência das mulheres. As desigualdades de gênero causam um volume desproporcional de trabalho não pago que elas realizam em casa. Enquanto os homens podem desenvolver fortes laços com o trabalho, as mulheres enfrentam muitas dificuldades para conciliar o trabalho e o tempo com o cuidado da família.

Com isso, a falta de lazer é uma característica presente na fala das entrevistadas, restringindo-se em conversar com as vizinhas e ir à igreja nos domingos. Elizabete conta que nos domingos vai “[...] nas vizinhas quando não tem tarefa da escola das crianças”. O lazer dessas mulheres limita-se ao seu território e ao uso do tempo para auxiliar os filhos nas tarefas escolares.

O uso do tempo em trabalhos não remunerados para as mulheres é maior do que o tempo dedicado pelos homens. Mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, não houve uma distribuição igualitária do trabalho não remunerado. Segundo dados da OFXAM de 2020, as mulheres são responsáveis por mais de três quartos do trabalho reprodutivo, envolvendo atividades domésticas e de cuidados. Em nível global, as mulheres dedicam 12,4 bilhões de horas diárias ao trabalho reprodutivo.

Esse número é ainda mais significativo entre as mulheres mais pobres. No Brasil as mudanças na divisão do trabalho reprodutivo acontecem de forma lenta e desigual; segundo dados do IBGE (2020b), mulheres com mais de 14 anos dedicam em média 21,4 horas semanais para o trabalho doméstico e de cuidados, já os homens somente 11 horas. Percebe-se que as mulheres, independentemente do espaço que estão inseridas, tanto no campo quanto nas cidades, sofrem impactos da divisão sexual do trabalho.

6. AS PERCEPÇÕES DAS MULHERES SOBRE A VIDA NO CAMPO

A construção de uma identidade social está vinculada ao espaço em que o indivíduo convive. O lugar que o sujeito vivencia carrega simbolismos e o reconhecimento da qualidade dos entornos para o sentimento de pertença daquele espaço, sendo um prolongamento de sua pessoa. O espaço rural representa um ambiente de pertencimento aos que moram nesse local; o elemento mais forte de identificação dos agricultores rurais é a terra, é nela que produzem, trabalham e vivem. A partir desse pertencimento os indivíduos criam sua identidade; é nas plantações de roças e na criação de animais que, desde pequenos, os agricultores carregam um valor simbólico na sua relação com a natureza, pois é dela que seus meios de sustento são proporcionados. (Lopes; Carvalho, 2017).

As mulheres possuem um traço em comum, que é a sua vida toda dedicada ao campo; todas nasceram e cresceram nesse espaço, criando um vínculo afetivo com o lugar, conforme relatado nas entrevistas. Nenhuma cogita viver no meio urbano, mesmo com a correria e a carga de atividades que realizam nesse ambiente.

Nos relatos foi possível perceber que todas as mulheres, mesmo vivendo uma rotina cheia de afazeres na roça e em casa, com atividades diversificadas, estão acostumadas com essa sobrecarga, como se fosse algo “normal” e “natural”. Aqui podemos fazer uma diferenciação: gostar da vida no campo e na roça não significa gostar da sobrecarga de trabalho.

Há uma naturalização da jornada extensa de trabalho. Frederici (2019, p.42) aponta que: “A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina”. A sociedade está convencida de que o trabalho doméstico é algo inevitável e que traz plenitude para a mulher e, assim, elas devem trabalhar sem remuneração.

Uma vida dedicada ao amor pela família em atos de serviço; é assim que a condição do trabalho doméstico é vista por muitos. O capital definiu o papel da mulher em serviços físicos, emocionais e sexuais em um personagem de dona de casa; essa condição ainda é desempenhada para que o casamento seja “bem-sucedido” (Frederici, 2019).

A dificuldade em identificar o trabalho doméstico e de cuidado como um trabalho em que o mesmo deve ser compartilhado é algo que precisa ser superado, pois, se as mulheres podem realizar o trabalho produtivo da mesma forma que os homens, os homens devem realizar o trabalho reprodutivo na mesma proporção que as mulheres. Existe ainda a necessidade de superar os estereótipos que associam o sexo masculino ao trabalho pesado e penoso e o sexo feminino voltado para o trabalho leve e fácil, mesmo cada vez mais a mulher ocupando as funções ditas masculinas. A divisão igualitária de tarefas entre os sexos é benéfica para todos, visto que o homem ao experimentar o trabalho de cuidados pode consolidar uma relação mais afetiva com os filhos e com a esposa, e elas poderão ter mais tempo para o autocuidado e o lazer. (Souza; Guedes, 2016).

Além do compartilhamento dos cuidados com a sociedade, por meio dos serviços públicos, os homens precisam também assumir esse papel, beneficiando todo o grupo familiar. Contudo, muitos desafios são enfrentados para essa mudança cultural, pois o capitalismo utiliza-se do patriarcado para explorar o tempo e o trabalho das mulheres, beneficiando todo o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço da agricultura familiar é marcado pelas relações sociais de gênero, onde a divisão sexual do trabalho, que vem sendo passadas de geração em geração, ainda se encontra naturalizada na vivência de muitas famílias. E mesmo nas situações em que homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos socialmente.

No universo empírico de Prudentópolis-PR, o qual é bastante ruralizado, as mulheres entrevistadas partilham de experiências de vida semelhantes, em que todas vivenciam a jornada extensa e exaustiva de trabalho. Em relação ao trabalho de cuidados, as mulheres que têm cônjuges possuem uma realidade semelhante à entrevistada que não possui, visto que todas precisam do apoio da rede de cuidados, que são as mães ou sogras. Em relação ao trabalho produtivo, as mulheres desenvolvem as mesmas atividades que os homens; porém, seu trabalho é visto apenas com o uma “ajuda” ou complementar ao do marido.

A mulher trabalhadora rural enfrenta desafios agravados pela cultura tradicional e conservadora, em que os papéis da mulher são definidos como dona de casa e ajudante do marido na lavoura. Toda a família participa do processo de produção na propriedade; porém, em grande parte dos domicílios o trabalho doméstico e de cuidados é voltado inteiramente para elas: mães, filhas, avós e sogras, acentuando assim, a divisão sexual do trabalho.

Portanto, as mulheres trabalhadoras rurais, participantes da pesquisa, demonstram aspectos importantes do seu processo de trabalho: longas e exaustivas jornadas, sobrecargas com o trabalho doméstico e de cuidados devido ao não compartilhamento com os homens, bem como a ausência de políticas públicas no meio rural.

Percebe-se que o trabalho reprodutivo envolve a satisfação das necessidades humanas, sejam elas biológicas ou sociais; por exemplo, vão da alimentação à socialização das crianças; por isso, são imprevisíveis para o bem-estar humano, devendo ser compartilhadas por todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C. et al. Análise das características da agricultura familiar no município de Erval Velho, SC. **UNOESC e Ciência**. Joaçaba, v.8, n.1, 2017. p.15-24.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007. Disponível em: <https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> Acesso em 25/04/2024.

AMARAL, L. **História geral da Agricultura Brasileira**. Vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Não existem creches na zona rural** (30 de julho de 2008). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/10970-sp-1321443252> Acesso em 21/06/2024.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n.52, ago./dez. 2018. p.31-68.

BUAINAIN, A. M. ROMEIRO, A. R. e GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias** [online]. n. 10. 2003.

BRUMER, A; FREIRE, N.M. S. "O trabalho da mulher na pequena produção agrícola". **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, 1984, p. 305-322.

CORRENT, N. **Mulheres de ascendência ucraniana em Prudentópolis**: o trabalho com a identidade cultural. Prudentópolis: cultura, história e sociedade. Editora Unicentro, 2020.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DAL PRÁ, K.R; MIOTO, R.C.T; WIESE, M.L. O cuidado como direito social: uma questão contemporânea para o serviço social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. v. 1 n. 1, 2018.

EMATER. **Promoção da Agricultura Familiar Sustentável na região Centro Suldo Paraná**. Chamada Pública SAF/ATER n/ 2014 Lote 34.

FREDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, São Paulo, 2019.

GELISNKI, C.R.O.G. Famílias monoparentais femininas e apoio nos cuidados em saúde. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2013. Anais, Florianópolis, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERNÁNDEZ, T.K. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina**: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis. EDUFBA, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As famílias no Sistema de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais. Brasil, 2020a.

IBGE. Em média, mulheres dedicam 10.4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agências de notícias**, Rio de Janeiro, 2020b.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

KERGOAT, D. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

LOPES, L.G.R; CARVALHO, D.B de. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Psicologia & Sociedade**, n.29, 2017. p.1-10.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2006, v. 18, n. 1. pp. 49-55.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OXFAM. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil, 2020.

PORTAL BRASIL. **ONU reforça a importância da agricultura familiar**. 22 out. 2014. Disponível em: Acesso em: 13 abr. 2016.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M. L. de; TITO, N. (Orgs.): **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 77-90.

SOUZA, L.P. de; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. n. 30 (87), 2016. p.123-139.

VILCZAK, A. Agricultura familiar e a produção de fumo: estudo de caso dos fumicultores contratados pela Souza Cruz em Prudentópolis-PR. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia)**. Universidade Federal do Paraná. 2016.

ZAROSKI, N. G. A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960. **TCC (Graduação em História)** Curitiba: UFPR, 2001.

Notas finais

- 1 Mini currículo: Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Acadêmica de Ciências Contábeis da UNICENTRO.
- 2 Mini currículo: Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).